

## O LUTO PARENTAL E A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

PARENTAL GRIEF AND THE EDUCATION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD)

EL DUELO PARENTAL Y LA ESCOLARIZACIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Isabel Cristina Solano Guerra de Oliveira<sup>1</sup>

Andreia Santiago Resende<sup>2</sup>

Cassia Fernanda Viana dos Santos<sup>3</sup>

Karla Danielle Resende da Silva<sup>4</sup>

Rozineide Iraci Pereira da Silva<sup>5</sup>

**RESUMO:** O diagnóstico do TEA frequentemente impõe às famílias o enfrentamento de um luto simbólico, decorrente da ruptura das expectativas construídas em torno do “filho idealizado”. No campo educacional, esse processo emocional repercute diretamente na forma como a família se vincula à escola e acompanha o percurso formativo do estudante. Este artigo tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como o luto parental interfere na parceria da família e escola no processo de inclusão escolar e no desenvolvimento acadêmico do estudante com TEA no ensino regular. A pesquisa foi realizada nas bases SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, considerando produções publicadas entre 2020 a 2025. Os estudos analisados evidenciam que a aceitação do diagnóstico e a reidealização do filho constituem fatores decisivos para o fortalecimento da relação família e escola, favorecendo o engajamento parental, a construção de estratégias pedagógicas individualizadas e a efetivação do Plano Educacional Individualizado. Observa-se que famílias emocionalmente amparadas tendem a participar de forma mais ativa do processo educativo, contribuindo para a adaptação escolar e as intervenções pedagógicas. Conclui-se que o suporte emocional às famílias potencializa os processos inclusivos, refletindo em avanços na autonomia, participação escolar e aprendizagem dos estudantes com TEA.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista. Luto parental. Inclusão Escolar.

---

<sup>1</sup>Mestra em Química pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE.

<sup>2</sup>Mestra em Ciências da Educação. Christian Business School-CBS.

<sup>3</sup>Mestra em Ciências da Educação. Christian Business School-CBS.

<sup>4</sup>Mestra em Ciências da Educação. Christian Business School-CBS.

<sup>5</sup>Orientadora, Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

**ABSTRACT:** The diagnosis of ASD frequently imposes a symbolic grief on families, stemming from the rupture of expectations regarding the 'idealized child'. In the educational field, this emotional process directly impacts how the family connects with the school and follows the student's formative journey. This article aims to understand, through an integrative literature review, how parental grief interferes with the family-school partnership in the process of school inclusion and the academic development of students with ASD in mainstream education. The research was conducted in SciELO, Google Scholar, and CAPES Journals, considering publications from 2020 to 2025. The analyzed studies show that accepting the diagnosis and re-idealizing the child are decisive factors in strengthening the family-school relationship, favoring parental engagement, the construction of individualized pedagogical strategies, and the implementation of the Individualized Educational Plan (IEP). It is concluded that emotional support for families enhances inclusive processes, reflecting in progress in autonomy, school participation, and learning for students with ASD.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder. Parental grief. School Inclusion.

**RESUMEN:** El diagnóstico del TEA frecuentemente impone a las familias el enfrentamiento de un duelo simbólico, derivado de la ruptura de las expectativas construidas en torno al 'hijo idealizado'. En el campo educativo, este proceso emocional repercute directamente en la forma en que la familia se vincula con la escuela y acompaña el recorrido formativo del estudiante. Este artículo tiene como objetivo comprender, mediante una revisión integrativa de la literatura, cómo el duelo parental interfiere en la asociación entre familia y escuela en el proceso de inclusión escolar y en el desarrollo académico del estudiante con TEA en la enseñanza regular. La investigación se realizó en las bases SciELO, Google Académico y Periódicos CAPES, considerando producciones entre 2020 y 2025. Los estudios evidencian que la aceptación del diagnóstico y la reidealización del hijo son factores decisivos para el fortalecimiento de la relación familia-escuela, favoreciendo el compromiso parental y la efectividad del Plan Educativo Individualizado. Se concluye que el soporte emocional a las familias potencia los procesos inclusivos, reflejándose en avances en la autonomía y aprendizaje.

**Palabras clave:** Trastorno del Espectro Autista. Duelo parental. Inclusión Escolar.

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios persistentes na interação, comunicação social e no comportamento, com repercussões significativas na trajetória escolar do indivíduo (NUNES; ALVES, 2022). No ensino regular, a presença desses estudantes demanda uma reorganização que transcende a técnica, exigindo práticas pedagógicas centradas na singularidade e na flexibilidade curricular. Todavia, a inclusão efetiva não se limita ao ambiente escolar; ela é atravessada pelas dinâmicas do núcleo familiar, no qual o diagnóstico frequentemente desencadeia um complexo processo de luto simbólico. Essa ruptura com a imagem do “filho idealizado” não representa apenas uma

reação emocional passageira, mas um fator determinante na construção do vínculo entre família e escola, influenciando diretamente o engajamento dos responsáveis no percurso formativo do estudante.

Nesse cenário, a postura familiar diante da escolarização se configura como um elemento pedagógico central, visto que o engajamento dos pais permeia desde a continuidade das intervenções até a eficácia da comunicação com a equipe escolar. Os estudos revisados e as práticas educacionais apresentadas na literatura indicam que a elaboração emocional do diagnóstico se reflete diretamente na dinâmica de parceria família e escola, podendo se manifestar em atitudes de colaboração ativa, resistência ou distanciamento do projeto educativo.

A partir dessa perspectiva, este estudo parte do seguinte problema: de que modo o luto parental decorrente do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) interfere na parceria da família com o processo de inclusão escolar e, por sua vez, no desenvolvimento acadêmico do estudante no ensino regular?

Conforme Nunes e Alves (2022), a inclusão deve ser compreendida como um espaço propício para o desenvolvimento de habilidades, autonomia e potencialidades. Para que esse direito vá além da garantia da matrícula, é imprescindível que a escola promova adaptações multidimensionais, que abrangem desde do espaço físico ao currículo, desde o planejamento até a avaliação, articulando o Projeto Político-Pedagógico à singularidade de cada aluno.

Não obstante os avanços nas políticas de educação inclusiva, observa-se ainda uma escassez de produções que articulem as dimensões emocionais da parentalidade no autismo às práticas pedagógicas e aos indicadores educacionais. Essa lacuna teórica fragiliza a construção de estratégias que integrem família e escola, elementos vitais para a efetivação da inclusão. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é compreender, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como o luto parental interfere na parceria da família e escola no processo de inclusão escolar e no desenvolvimento acadêmico do estudante com TEA no ensino regular.

## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E O DIAGNÓSTICO

O termo autismo foi introduzido na literatura científica em 1908 por Eugen Bleuler, mas sua caracterização clínica foi consolidada na década de 1940 com os estudos seminais de Leo

Kanner sobre os distúrbios autísticos do contato afetivo (REZENDE; SOUZA, 2021; CORREIA; ALVES; FERREIRA, 2023).

Desde essas incursões iniciais, o conceito passou por profundas reconfigurações teóricas até a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição (DSM-5) (2013), que unificou categorias anteriormente distintas sob a denominação de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa mudança paradigmática reconhece a variabilidade das manifestações individuais e a singularidade neurobiológica do sujeito, superando visões reducionistas e fundamentando as bases para as práticas inclusivas contemporâneas (VIEIRA; ALVES; BRINGEL, 2023).

Atualmente, o TEA é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento multifatorial, cujas manifestações incidem primordialmente nas esferas da interação social, comunicação e comportamento (MENEIS; LIMA, 2025). Como o diagnóstico é eminentemente clínico e baseado na observação, a eficácia das intervenções como o Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children (TEACCH), o Applied Behavior Analysis (ABA) e o Picture Exchange Communication System (PECS) dependem da identificação precoce e da integração de estratégias que ampliem a autonomia do estudante.

4

No Brasil, o respaldo jurídico da Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) ratifica o autismo como deficiência para todos os efeitos legais, exigindo que a inclusão escolar transcenda a formalidade da matrícula. Para tanto, é fundamental o investimento em políticas públicas e em formação docente continuada, garantindo adequações curriculares que respondam às necessidades e potencialidades de cada aluno (FAM; REIS; BARBOSA, 2021; NUNES; ALVES, 2022).

Para além das barreiras estruturais, o diagnóstico de TEA representa um marco de profundo impacto emocional no núcleo familiar, o que a literatura denomina luto simbólico (MENEIS; LIMA, 2025). Esse processo é marcado pela ruptura com as expectativas construídas em torno do “filho idealizado”, sendo frequentemente acompanhada por sentimentos de negação, culpa e incerteza. A eficácia da inclusão é, portanto, indissociável do suporte à saúde mental dos cuidadores e da parceria estratégica família e escola.

Quando as instituições oferecem acolhimento e escuta, o sofrimento inicial tende a evoluir para a ressignificação das relações, permitindo a construção de novas formas de convivência. Essa capacidade de transformar o sofrimento em pertencimento evidencia que a

corresponsabilidade institucional e o fortalecimento das redes de apoio são pilares indispensáveis não só para a inclusão efetiva, mas também para a consolidação de uma sociedade genuinamente humanizada (VIEIRA; ALVES; BRINGEL, 2023; MENEIS; LIMA, 2025).

Diante disso, o diagnóstico pode trazer o que a literatura denomina luto parental, processo emocional, que quando não é bem acolhido, interfere na aceitação da condição da criança pelos cuidadores e, conseqüentemente, compromete o envolvimento familiar no desenvolvimento escolar da criança.

## LUTO PARENTAL FAMILIAR DECORRENTE DO DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No contexto das famílias que convivem com a neurodivergência, o luto parental se configura como um processo emocional profundo e inerente, caracterizado pela despedida simbólica do "filho idealizado" em favor da aceitação da criança real. Esse fenômeno é desencadeado pelo diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), que rompe abruptamente com as expectativas e projeções construídas desde o período pré-natal (LOPES; TELASKA, 2022; OLIVEIRA *et al.*, 2024). Ao descobrirem a condição neurodivergente do filho, os pais frequentemente atravessam fases de negação e decepção, manifestadas por meio do sofrimento e do choro, ao confrontarem a imagem idealizada com as particularidades da condição atual (LONDERO *et al.*, 2021).

As causas desse luto residem na ruptura das projeções de um desenvolvimento normativo, exigindo que a família lide com sentimentos ambivalentes de culpa e desorientação. Nesse contexto, a literatura destaca que a sobrecarga recai predominantemente sobre a figura materna, que frequentemente abdica de sua carreira, lazer e autocuidado para gerenciar as demandas físicas, emocionais e comportamentais da criança (PAIXÃO *et al.*, 2022). Esse cenário de estresse psicológico e isolamento social pode comprometer a dinâmica familiar e, conseqüentemente, a percepção dos cuidadores acerca do potencial de evolução escolar do filho.

Para que esse enfrentamento seja adaptativo, a elaboração do luto exige uma reidealização do filho. Esse processo é fundamental para que os pais transitem da dor da perda para o reconhecimento das demandas reais e das potencialidades do sujeito atípico. Somente a partir dessa elaboração psíquica é que a criança é investida em sua posição de sujeito, permitindo

que a família perceba não apenas as limitações, mas as necessidades afetivas e clínicas indispensáveis para o seu pleno desenvolvimento (LONDERO *et al.*, 2021).

Nesta jornada, o protagonismo dos pais surge como um elemento decisivo. Ao migrarem de uma posição passiva de submissão ao diagnóstico para uma postura ativa de busca por soluções, os cuidadores tornam-se agentes de transformação social (LOPES; TELASKA, 2022). Esse protagonismo é sustentado por estratégias de enfrentamento que incluem o apego à espiritualidade, o fortalecimento da autoestima e, primordialmente, o suporte de redes de apoio e equipes interdisciplinares que ofereçam um acolhimento ético desde o momento da notícia (PAIXÃO *et al.*, 2022).

Para que a elaboração do luto e a reidealização ocorram de forma saudável e em tempo oportuno, é imprescindível que o sistema de saúde e o serviço social adotem o modelo biopsicossocial. Essa perspectiva multidimensional reconhece que a adaptação familiar não depende exclusivamente da vontade individual, mas é atravessada por condições socioeconômicas, culturais e pelo acesso a políticas públicas de apoio (LONDERO *et al.*, 2021). Assim, a abordagem clínica e educacional deve ser integrada, oferecendo recursos que considerem as limitações psíquicas e sociais de cada núcleo familiar. Dessa forma, promove-se um ambiente em que a criança possa se desenvolver plenamente em sua subjetividade, enquanto seus pais encontram suporte para ressignificar o luto e fortalecer os vínculos afetivos (LONDERO *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2024).

Nesse sentido, a ressignificação do luto parental e o fortalecimento do protagonismo familiar constroem os alicerces da parceria família e escola, atuando como fator de proteção à saúde mental dos cuidadores e promovendo o engajamento efetivo na inclusão escolar do estudante com TEA.

## INCLUSÃO ESCOLAR DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vai além da mera inserção física no ambiente de ensino regular; ela exige um compromisso ético e a disposição de repensar práticas pedagógicas que reconheçam a individualidade de cada estudante no processo de formação educacional e social. Amparada por marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação

Especial, a escola constitui o alicerce para uma transformação social baseada na equidade e no direito inalienável à educação (BRASIL, 1996; REZENDE; SOUZA, 2021). Todavia, a presença do aluno em sala de aula, por si só, não garante o aprendizado. A inclusão efetiva requer uma mudança de paradigma que substitua visões ultrapassadas de "normalidade" por práticas pedagógicas que respeitem as singularidades físicas, psíquicas e culturais de cada sujeito (LOPES; TELASKA, 2022; NUNES; ALVES, 2022).

Para que a evolução escolar do estudante com TEA seja plena, é imprescindível a presença de profissionais especializados e o investimento contínuo na formação docente. O desconhecimento sobre a complexidade do espectro pode alimentar preconceitos e barreiras atitudinais, muitas vezes manifestados na crença equivocada de uma suposta incapacidade intelectual do aluno (REZENDE; SOUZA, 2021).

Em contrapartida, um programa de intervenção estruturado, que utilize ferramentas promissoras como o *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children* (TEACCH), Applied Behavior Analysis (ABA) e Picture Exchange Communication System (PECS), auxilia na organização do ambiente e das atividades, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, da comunicação e da cognição (REZENDE; SOUZA, 2021). Nesse cenário, o lúdico e o brincar emergem como estratégias pedagógicas vitais, tornando a estimulação atrativa e prazerosa, além de facilitar a socialização e a imaginação (FAM; REIS; BARBOSA, 2021; NUNES; ALVES, 2022).

A construção dessa trajetória escolar bem-sucedida é indissociável do papel do professor, responsável por orquestrar a integração e a aprendizagem em sala de aula. Um dos instrumentos mais eficazes para nortear essa mediação é o Plano Educacional Individualizado (PEI). Este documento, elaborado a partir do conhecimento profundo do aluno, permite estabelecer metas claras e cronogramas de avaliação, garantindo que o currículo seja acessível e focado no desenvolvimento de habilidades úteis ao cotidiano do estudante (NUNES; ALVES, 2022).

No entanto, a escola não pode atuar de forma isolada. A literatura evidencia a necessidade de fortalecer os vínculos entre família, escola e especialistas da saúde. Chida e Shaw (2022) ressaltam que, embora a sociedade muitas vezes culpe os familiares por desconhecimento, os pais são, na realidade, os primeiros educadores e parceiros fundamentais no progresso escolar de seus filhos. A participação direta da família, envolvendo pais, irmãos e parentes próximos, é um fator imprescindível para o bem-estar e para a manutenção de uma relação de confiança e

unidade com a instituição de ensino (VASCONCELLOS; SOUZA; PEREIRA, 2021; CHIDA; SHAW, 2022).

Desse modo, a inclusão plena ocorre quando há uma articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sustentada por uma rede de apoio que envolva gestores, coordenadores, família e profissionais da saúde. Ao enfrentar lacunas de conhecimento por meio da educação continuada e da difusão de estratégias de enfrentamento, a escola deixa de ser um espaço segregador para se tornar um ambiente de acolhimento. Somente por meio de um esforço coletivo e colaborativo será possível assegurar ao estudante com TEA não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso em seu percurso formativo, permitindo que desenvolva ao máximo de seus talentos e habilidades ao longo da vida (MATOS; TIRADENTES; MENEZES, 2020; LOPES; TELASKA, 2022).

Contudo, a efetivação desse esforço coletivo depende do modo como os próprios familiares vivenciam e ressignificam o diagnóstico. Assim, compreender de que forma o luto parental repercute sobre a parceria família e escola se configura como condição indispensável para que a inclusão deixe de ser apenas um direito formal e se concretize em desenvolvimento acadêmico real e significativo.

## O LUTO PARENTAL E SUA INFLUÊNCIA NA EVOLUÇÃO ACADÊMICA DO ESTUDANTE AUTISTA

A trajetória escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está intrinsecamente ligada à qualidade da participação familiar, cuja relevância no desenvolvimento infantil é tão significativa quanto a das intervenções clínicas e da inclusão escolar. Uma vez que o ambiente doméstico é onde o estudante passa a maior parte do tempo, a ausência de envolvimento dos cuidadores pode comprometer severamente seu progresso acadêmico. Nesse sentido, a compreensão e a aceitação do diagnóstico surgem como pré-requisitos para que a estimulação pedagógica seja efetiva (CHIDA; SHAW, 2022).

Entretanto, o percurso em direção a essa aceitação é frequentemente obstruído pelo fenômeno do luto e da negação. Segundo Chida e Shaw (2022), esse luto não se restringe aos pais, podendo se manifestar na família e em parentes próximos. Quando a rede de apoio se mostra insuficiente no acolhimento aos pais, surge um sentimento de desamparo que torna a trajetória de desenvolvimento da criança mais desafiadora. Esse isolamento emocional, somado

ao desconhecimento sobre o autismo e à falta de diálogo entre os profissionais, gera nos familiares um profundo sentimento de impotência, dificultando o acesso a serviços e recursos adequados nos sistemas de saúde e educação (VASCONCELLOS; SOUZA; PEREIRA, 2021).

No contexto escolar, a interação entre família e profissionais é essencial para o sucesso da aprendizagem. Contudo, Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) observam um impasse crítico: muitas famílias relatam aflição por serem convocadas à escola apenas em momentos de crise, como em episódios de comportamentos atípicos ou quando o aluno não atinge as metas curriculares. Essa dinâmica reforça uma visão estereotipada e negativa da criança, negligenciando suas potencialidades e dificultando a construção de uma relação de confiança e unidade entre casa e escola.

A superação dessas barreiras exige que a escola exerça sua função educativa também junto aos pais, atuando como um espaço de orientação e suporte emocional. Quando a família se sente acolhida e informada, ela transita do luto para uma postura ativa, passando a valorizar o progresso acadêmico do aluno e a adotar práticas diárias que facilitam o desenvolvimento cognitivo e social (LOPES; TELASKA, 2022). Por outro lado, os professores que muitas vezes enfrentam lacunas em sua formação inicial devem buscar na educação continuada e no diálogo com equipes multiprofissionais as estratégias necessárias para minimizar os impactos do transtorno e despertar o interesse do aluno (VASCONCELLOS; SOUZA; PEREIRA, 2021; LOPES; TELASKA, 2022).

Portanto, o desenvolvimento acadêmico do estudante autista não resulta apenas de métodos pedagógicos isolados, mas da qualidade do vínculo estabelecido entre os sistemas que o cercam. Quando há uma atenção direcionada à singularidade de cada criança e um apoio mútuo entre educadores e familiares, a aprendizagem ocorre de forma mais assertiva. A consolidação dessa rede de apoio é o que permite transformar o diagnóstico em um ponto de partida para o desenvolvimento, garantindo que o bem-estar da família reflita diretamente no sucesso escolar do aluno (VASCONCELLOS; SOUZA; PEREIRA, 2021; CHIDA; SHAW, 2022; LOPES; TELASKA, 2022).

## MÉTODOS

Este estudo se caracteriza como uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa e exploratória, voltada à consolidação do conhecimento produzido sobre a relação entre o luto parental e a escolarização de estudantes com TEA. A pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa, de modo a obter uma análise e interpretação dos dados bibliográficos em um aspecto mais profundo, obtendo uma compreensão dos fenômenos estudados articulados ao contexto em que aparecem (MARCONI; LAKATOS, 2022). Com relação aos objetivos, utilizou-se a pesquisa exploratória por possibilitar maior familiaridade com o problema e ter um planejamento flexível, buscando considerar diversos aspectos relacionados ao fenômeno estudado (GIL, 2025).

A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2026 nas bases SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, adotando-se como recorte temporal o período de 2020 a 2025, com o objetivo de contemplar produções recentes e alinhadas às discussões contemporâneas sobre educação inclusiva. Foram utilizados os descritores “Transtorno do Espectro Autista”, “Luto Parental” e “Inclusão Escolar”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos, teses e dissertações que abordassem diretamente a relação entre o impacto emocional do diagnóstico de TEA no contexto familiar e o processo de escolarização no ensino regular. Excluíram-se estudos duplicados, produções fora do período delimitado e trabalhos que não contemplassem a temática central da investigação. Após a aplicação dos critérios, constituiu-se um corpus final composto por treze estudos, os quais foram submetidos à leitura analítica e interpretativa, possibilitando a compreensão do fenômeno investigado.

10

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca e seleção dos estudos para esta revisão integrativa da literatura resultaram em um corpus de 13 artigos publicados entre os anos de 2020 a 2025, todos desenvolvidos no contexto brasileiro. A análise dos dados permitiu mapear as principais evidências sobre o luto parental e seus reflexos na escolarização de estudantes com TEA, conforme sistematizado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa

AUTOR	ANO	TÍTULO	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
Matos; Tiradentes; Menezes	2020	Acesso e permanência do aprendente com autismo no Brasil: marcos teóricos legais que subsidiam esse direito.	Destaca a importância da escola no processo inclusivo.
Londero <i>et al.</i>	2021	Adaptação parental ao filho com deficiência: revisão sistemática da literatura.	Indica dificuldades na adaptação de estudantes com TEA.
Vasconcellos; Souza; Pereira	2021	O autismo infantil no âmbito escolar e suas abordagens (ex)inclusivas: revisão integrativa	Evidencia lacunas no conhecimento sobre parentalidade.
Rezende; Souza	2021	O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA).	Reforça características do TEA e impactos no desenvolvimento.
Fam; Reis; Barbosa	2021	O brincar no espaço escolar como estratégia de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Mostra o brincar como estratégia de inclusão.
Nunes; Alves	2022	Inclusão de criança com Autismo em Sala de Aula.	Aponta desafios relacionados à inclusão escolar e necessidade de adaptação pedagógica.
Chida; Shaw	2022	Família, escola e especialistas: o tripé que contribui para o desenvolvimento da criança autista.	Evidencia a importância da participação da família no desenvolvimento da criança.
Paixão <i>et al.</i>	2022	Saúde mental de mães de crianças com deficiência: uma revisão de escopo.	Aponta sobrecarga emocional e estresse parental.
Lopes; Telaska	2022	Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura.	Mostra crescimento do interesse científico no tema.
Correia; Alves; Ferreira	2023	Processo Diagnóstico do Autismo e Impacto na Dinâmica Familiar: Uma Revisão Bibliográfica.	Relaciona diagnóstico ao impacto emocional familiar.
Vieira; Alves; Bringel	2023	Inclusão da Criança Autista no Âmbito Escolar.	Aponta desafios pedagógicos e sociais.
Oliveira <i>et al.</i>	2024	Psicologia e Saúde Mental: O Espaço Escolar e a Inserção de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista.	Destaca apoio psicológico como fundamental.
Meneis; Lima	2025	O enfrentamento familiar nos cuidados da criança neurodivergente na segunda infância: um olhar dedicado à saúde mental da família uma revisão integrativa.	Mostra barreiras no processo de inclusão escolar.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2026).

Os estudos incluídos apresentam uma diversidade metodológica, com predominância de revisões bibliográficas (69%), seguidas por estudos de caso de natureza qualitativa e revisões de escopo. Nota-se um crescimento das publicações nos últimos quatro anos (2021-2024),

evidenciando o aumento do interesse científico pelo impacto do diagnóstico de TEA na dinâmica familiar e escolar.

A evolução do conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela um refinamento científico que atravessa mais de um século, partindo das observações de Eugen Bleuler em 1908, que associava o termo ao isolamento na esquizofrenia, até a consolidação do quadro clínico por Leo Kanner na década de 1940 (REZENDE; SOUZA, 2021; CORREIA; ALVES; FERREIRA, 2023). Atualmente, estudos recentes como os de Vieira, Alves e Bringel (2023) e Meneis e Lima (2025) convergem para a superação de nomenclaturas fragmentadas, como a Síndrome de Asperger, em favor da denominação única estabelecida pelo DSM-5, que é Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa mudança paradigmática reconhece o TEA como uma condição neurológica complexa e multifatorial, cujos níveis de suporte (nível 1, 2 e 3) impactam significativamente a comunicação, o comportamento e a interação social do indivíduo (FAM; REIS; BARBOSA, 2021; NUNES; ALVES, 2022).

O diagnóstico do TEA se configura como um processo marcadamente complexo e estritamente clínico, fundamentado na soberania da observação do desenvolvimento e da história de vida, dada a inexistência de marcadores laboratoriais (VIEIRA; ALVES; BRINGEL, 2023). A literatura destaca a necessidade de desmistificar o transtorno, ressaltando que o espectro não implica necessariamente deficiência mental, embora sua maior prevalência no gênero masculino e o aumento global de casos demandem maior divulgação científica (REZENDE; SOUZA, 2021; CORREIA; ALVES; FERREIRA, 2023). No contexto brasileiro, essa identificação clínica é legitimada pela Lei Berenice Piana, que positiva o TEA como deficiência para todos os efeitos legais, assegurando proteção contra violações e garantindo direitos constitucionais essenciais ao desenvolvimento do sujeito (BRASIL, 2012; FAM; REIS; BARBOSA, 2021).

Para além das definições técnicas, um diferencial humanizado emerge nos estudos de Meneis e Lima (2025), que descrevem o diagnóstico como um "marco de grande impacto emocional" para o núcleo familiar. A descoberta do transtorno é frequentemente acompanhada por sentimentos ambivalentes de medo, negação e culpa, exigindo um processo de luto e ressignificação das expectativas parentais. Essa perspectiva amplia a compreensão do diagnóstico, retirando-o de uma esfera meramente burocrática para inseri-lo em um contexto

de vulnerabilidade que requer acolhimento e suporte biopsicossocial para que a família consiga elaborar novas formas de convivência e cuidado.

Diante desse cenário, a escolarização e a intervenção precoce se apresentam como caminhos indissociáveis para a promoção da autonomia do estudante. Enquanto autores como Rezende e Souza (2021) e Fam, Reis e Barbosa (2021) enfatizam a urgência de métodos pedagógicos e terapêuticos específicos, como ABA e TEACCH, Vieira, Alves e Bringel (2023) ressaltam a centralidade da parceria entre família e escola. O diagnóstico precoce, portanto, atua como um facilitador da inclusão, permitindo que o professor desenvolva um olhar atento e sensível, adaptando sua prática às especificidades de cada aluno e garantindo que o ambiente escolar seja um espaço de efetivo desenvolvimento e pertencimento.

A análise da literatura científica revela que o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) transcende o evento clínico, configurando-se como um fenômeno psicossocial que exige a elaboração do luto pelo "filho idealizado". Segundo Londero *et al.* (2021), esse processo é fundamental para que os pais realizem a transição do filho de objeto de cuidados para a posição de sujeito, permitindo a compreensão de suas demandas reais, afetivas e orgânicas. Autores como Lopes e Telaska (2022) e Oliveira *et al.* (2024) corroboram essa visão, afirmando que o diagnóstico rompe as projeções parentais e deflagra sentimentos intensos de negação, sofrimento e revolta, fases que, ao serem elaboradas, viabilizam a aceitação da realidade.

Um ponto de convergência crítica entre Londero *et al.* (2021) e Oliveira *et al.* (2024) reside no persistente sentimento de culpa, muitas vezes vinculado ao potencial hereditário da condição. No entanto, Paixão *et al.* (2022) trazem uma nuance de gênero fundamental ao identificar que a sobrecarga de cuidados e o peso emocional recaem majoritariamente sobre as mães. Essas mulheres frequentemente abdicam de suas carreiras, saúde e lazer, resultando em altos níveis de estresse. Por essa razão, a literatura defende que o cuidado com a saúde mental da cuidadora deve ser considerado parte indissociável do processo de reabilitação da própria criança.

A transição desse luto para uma adaptação saudável depende de estratégias de enfrentamento multifatoriais que integram aspectos técnicos e subjetivos. Enquanto Londero *et al.* (2021) enfatizam que a identificação precoce e a abordagem centrada na família são elementos fundamentais para o enfrentamento dos desafios que surgem com o diagnóstico, Paixão *et al.* (2022) acrescentam a importância de elementos como a espiritualidade e o acesso à informação

técnica para reduzir o estigma social da deficiência. Complementarmente, Lopes e Telaska (2022) introduzem o conceito de empoderamento, sugerindo que o enfrentamento ganha efetividade quando os pais deixam a passividade e se tornam agentes ativos na busca por soluções e transformação social.

Finalmente, os autores concordam que a melhora na qualidade de vida familiar está condicionada a um suporte multidimensional que envolva amigos, família extensa e equipes interdisciplinares. Londeroet *al.* (2021) defendem o modelo biopsicossocial como determinante para que a reidealização ocorra o mais cedo possível, iniciando-se já no momento da notícia do diagnóstico. Diferente de abordagens puramente clínicas, os estudos de Paixão *et al.* (2022) e Oliveira *et al.* (2024) reforçam que o fortalecimento da autoestima dos pais e a oferta de recursos sociais são as condições que permitem ressignificar a relação da família com o diagnóstico, impactando positivamente tanto o desenvolvimento da criança quanto a satisfação parental.

A inclusão escolar do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é compreendida pela literatura contemporânea não apenas como o acesso físico à sala de aula, mas como um processo multidimensional que exige a reestruturação das práticas pedagógicas e das redes de apoio. Segundo Matos, Tiradentes e Menezes (2020), a educação é um direito consagrado que deve assegurar a permanência e o aprendizado ao longo da vida, visando o máximo desenvolvimento dos talentos e habilidades individuais. No entanto, Rezende e Souza (2021) e Nunes e Alves (2022) convergem ao alertar que a simples inserção da criança na escola regular, pautada na expectativa equivocada de que ela apenas imitará os pares, não garante o aprendizado. A inclusão efetiva demanda o rompimento com visões ultrapassadas de normalidade e a implementação de intervenções pedagógicas que respeitem a subjetividade e a consciência de si do aluno autista.

A formação e a qualificação dos profissionais da educação surgem como o alicerce fundamental para a derrubada das barreiras do preconceito, do medo e da falta de informações que ainda persistem na prática docente (REZENDE; SOUZA, 2021). Enquanto Matos, Tiradentes e Menezes (2020) enfatizam a necessidade de uma qualificação constante para atuar com o público-alvo da educação especial, Lopes e Telaska (2022) aprofundam essa discussão ao indicar que a educação continuada permite ao professor lidar com situações insurgentes e realizar adaptações curriculares essenciais. Há uma concordância significativa entre os autores Rezende e Souza (2021) e Nunes e Alves (2022) de que o êxito no processo de inclusão depende

do acompanhamento de profissionais especializados e da utilização de ferramentas pedagógicas estruturadas, como o Plano Educacional Individualizado (PEI), que permite nortear a mediação docente por meio de metas claras, cronogramas e avaliações contínuas.

Nesse cenário, o fortalecimento dos vínculos entre família, escola e profissionais da saúde constitui uma rede de apoio determinante para a autonomia do estudante. Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) e Chida e Shaw (2022) salientam que a interação entre familiares e escola propicia uma relação de confiança e unidade, essencial para superar lacunas de conhecimento e fortalecer o desenvolvimento da criança. Chida e Shaw (2022) enaltecem os pais como os primeiros educadores, destacando que sua participação direta é imprescindível, especialmente diante da heterogeneidade do espectro, em que os objetivos de alfabetização e aprendizagem podem ocorrer em tempos distintos. Essa visão holística é reforçada por Nunes e Alves (2022), que defendem um trabalho colaborativo diário para que a inclusão deixe de ser apenas uma teoria legal e se torne uma prática vivida com equidade.

A transição do diagnóstico para a vida escolar é marcada por um processo de luto que repercute diretamente na evolução acadêmica do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) e Chida e Shaw (2022) convergem ao apontar que o luto e a negação não se restringem ao núcleo central (pais e irmãos), mas podem se estender à família extensa, gerando um sentimento de desamparo que torna o caminho do desenvolvimento mais desafiador. Enquanto Chida e Shaw (2022) enfatizam que a aceitação familiar é o que impulsiona a busca pelo diagnóstico precoce e a estimulação da criança, Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) acrescentam que a falta de suporte multiprofissional no sistema público de saúde intensifica o sentimento de impotência dos pais, refletindo em uma trajetória escolar permeada por dificuldades e falta de base estrutural.

No ambiente escolar, a evolução acadêmica é frequentemente prejudicada por uma comunicação falha que ignora o estado emocional dos cuidadores. Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) trazem um dado sensível: os familiares relatam aflição ao serem convocados pela escola majoritariamente para tratar de aspectos negativos, como mau comportamento ou notas baixas. Essa prática reforça sentimento de impotência e fracasso, dificultando a elaboração do luto e gerando a estigmatização da criança, comprometendo o processo de aprendizagem. Em contrapartida, Lopes e Telaska (2022) ressaltam que, quando a escola exerce sua função educativa junto aos pais, informando e orientando em vez de apenas cobrando, cria-se uma

reciprocidade que favorece o desempenho social e pedagógico, transformando a dor da perda do "filho idealizado" em compromisso com o progresso do "filho real".

A formação docente aparece como um ponto de intersecção crucial entre todos os autores, embora com nuances distintas. Vasconcellos, Souza e Pereira (2021) identificam uma carência na graduação e a necessidade de reformas curriculares que preparem não apenas professores, mas fonoaudiólogos e terapeutas para mediar a relação família e escola. Já Lopes e Telaska (2022) focam na educação continuada e no conhecimento da legislação como ferramentas para que o professor se sinta preparado para o cotidiano da sala de aula. Ambos concordam que o sentimento de impotência não é exclusivo dos pais; os professores, mesmo preocupados com a inclusão, muitas vezes carecem de estratégias pedagógicas e de comunicação eficazes para engajar o aluno, o que impacta diretamente os indicadores de aprendizagem.

Por fim, a literatura demonstra que a evolução acadêmica do aluno com TEA é indissociável da saúde emocional de sua rede de apoio. Chida e Shaw (2022) sustentam que o desenvolvimento ficará comprometido sem o envolvimento ativo da família, visto que são os cuidadores que passam a maior parte do tempo com o indivíduo. Essa visão é corroborada por Lopes e Telaska (2022), que defendem que o interesse e a valorização do que o aluno produz por parte dos pais tornam a aprendizagem mais assertiva. Conclui-se que o luto parental, se não acolhido por uma equipe multiprofissional e por uma escola dialógica, atua como uma barreira invisível ao progresso escolar, enquanto a parceria baseada na confiança e no conhecimento mútuo é o que garante o bem-estar e a efetiva inclusão do aprendente.

A presente revisão integrativa permitiu compreender que o luto parental constitui um elemento central na vivência de famílias atípicas, influenciando não apenas o contexto emocional, mas todo o processo de escolarização. Os achados evidenciam que o diagnóstico de TEA desencadeia um processo de luto simbólico, caracterizado pela ruptura das expectativas idealizadas em relação ao desenvolvimento da criança. Esse resultado está em consonância com a literatura, que descreve o luto como uma reorganização emocional necessária diante da perda do "filho idealizado", exigindo adaptação a uma nova realidade. Observou-se que esse processo está associado a impactos significativos, como estresse, sobrecarga e sofrimento psíquico, especialmente quando o cuidado contínuo e as demandas específicas do TEA comprometem a saúde mental dos cuidadores devido à falta de suporte adequado.

No que se refere à escolarização, os resultados indicam que o luto parental exerce influência direta na relação entre família e escola, uma vez que dificuldades emocionais podem impactar o envolvimento dos pais e a comunicação com os profissionais da educação. Este aspecto é crucial para a efetivação da educação inclusiva, pois, quando o luto não encontra espaços de acolhimento, o sofrimento psíquico dos cuidadores pode se manifestar como uma barreira na aceitação de estratégias pedagógicas diferenciadas propostas pela escola.

Adicionalmente, os estudos apontam que a escola desempenha um papel fundamental no acolhimento dessas famílias, em que ambientes que promovem práticas inclusivas e suporte emocional favorecem a resignificação do luto. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma atuação interdisciplinar envolvendo escola, família, rede de apoio e especialistas da saúde para garantir a participação ativa dos pais no processo educativo. Em suma, o fortalecimento das redes de suporte contribui não apenas para o bem-estar familiar, mas é condição fundamental para o progresso acadêmico e social do estudante com TEA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo descreve como o processamento emocional do luto parental repercute diretamente na trajetória acadêmica do estudante, evidenciando que a negação ou o desamparo familiar atuam como barreiras ao desenvolvimento cognitivo e social. Observa-se que, ao transitar da dor pelo "filho idealizado" à aceitação do "filho real", a família estabelece o engajamento necessário para impulsionar a estimulação precoce e a permanência produtiva no ensino regular. Assim, a reidealização da criança permite que pais e escola formem uma unidade de confiança, transformando o impacto do diagnóstico em suporte para a autonomia e evolução do aprendente.

A pesquisa aponta que o êxito desse percurso requer uma escola comprometida com uma perspectiva inclusiva e dialógica, que vá além do modelo clínico e substitua comunicações baseadas em déficits e estigmas por práticas de acolhimento, escuta e valorização das singularidades dos estudantes. O uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), somado ao acolhimento da aflição parental, converte o sentimento de impotência em um compromisso pedagógico humanizado e assertivo. Conclui-se que a efetivação do direito à educação exige políticas públicas que integrem o suporte ao luto parental como parte indissociável da jornada

escolar, garantindo que o aprendizado seja acompanhado pelo bem-estar e pelo pleno pertencimento social.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2026.

BRASIL. **Decreto Nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm). Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 jan. 2026.

CHIDA, T. H. L.; SHAW, G. S. L. Família, escola e especialistas: o tripé que contribui para o desenvolvimento da criança autista. **Horizontes**, v. 40, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1393>. Acesso em: 08 mai. 2026.

CORREIA, D. S. S.; ALVES, M. F. V.; FERREIRA, G. C. S. Processo Diagnóstico do Autismo e Impacto na Dinâmica Familiar: Uma Revisão Bibliográfica. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 34, p. 73-85, 2023. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/736>. Acesso em: 14 mar. 2026

FAM, A. E. DE O.; REIS, S. P. DOS; BARBOSA, R. P. C. E. Brincar no espaço escolar como estratégia para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/15912>. Acesso em: 15 mar. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. [3ª Reimp.]. Baurueri [SP]: Atlas, 2025.

LONDERO, A. D.; DE SOUZA, A. P. R.; RECHIA, I. C.; VAN HOOGST RATEN, A. M. R. J.; FRANCO, V. D. Adaptação parental ao filho com deficiência: revisão sistemática da literatura. **Interação em Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 253-268, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/riep.v25i2.60759>. Acesso em: 08 mai. 2026.

LOPES, D. A.; TELASKA, T. DOS S. Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: Revisão sistemática da literatura. **Revista psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 425-434, 2022. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So103-84862022000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-84862022000300012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. Atualização João Bosco Medeiros. 8. ed. Baurueri [SP]: Atlas, 2022.

MATOS, M. A. DE S.; TIRADENTES, R. O.; MENEZES, R. O. Acesso e permanência do aluno com autismo no Brasil: marcos teóricos-jurídicos que subsidiam esse direito. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8981>. Acesso em: 15 mar. 2026.

MENEIS, M. DA S.; LIMA, L. V. C. O ENFRENTAMENTO FAMILIAR NOS CUIDADOS DA CRIANÇA NEURODIVERGENTE NA SEGUNDA INFÂNCIA: UM OLHAR DEDICADO À SAÚDE MENTAL DA FAMÍLIA UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Foco**, v. 18, n. 10, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n10-192>. Acesso em: 08 mai. 2026.

NUNES, J. C. DOS S.; ALVES, F. I. B. M. (2022). Inclusão de criança com Autismo em Sala de Aula. **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 63, p. 584-595, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/online.v16i63.3607>. Acesso em: 08 mai. 2026.

OLIVEIRA, V. N. DE; CÓRDOVA, Z. V. E. DE; ALVES, C. DA S. V.; SOUZA, R. V. DA C. DE. Psicologia e Saúde Mental: O Espaço Escolar e a Inserção de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 18, n. 73, p. 439-457, 2024. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/4086>. Acesso em: 15 mar. 2026.

PAIXÃO, D. P.; SANTOS, M. C. L.; CARVALHO, W. B. DE O.; VASCONCELOS, L. B. DE.; FEITOSA, F. V. V.; MARQUES, V. M. C.; SALES, J. M. O.; SILVA, R. M. DA. Saúde mental de mães de crianças com deficiência: uma revisão de escopo. **Educação, Trabalho e Saúde: caminhos e possibilidades em tempos de pandemia**, v. 2, p. 193-202, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220709617.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2026.

REZENDE, L. F.; SOUZA, C. J. DE. Trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/21486>. Acesso em: 15 mar. 2026.

VASCONCELLOS, R. N.; SOUZA, M. H. DO N.; PEREIRA, J. A. O autismo infantil no âmbito escolar e suas abordagens (ex)inclusivas: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 3, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6933>. Acesso em 08 mai. 2026.

VIEIRA, L. DA S.; ALVES, F. I. B. M.; BRINGEL, M. F. A. Inclusão da Criança Autista no Âmbito Escolar. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 17, n. 69, p. 168-179, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3915>. Acesso em: 15 mar. 2026.